

O PLANO DE AÇÃO TURCO PARA ÁFRICA E A LUSOFONIA

LUÍS EDUARDO SARAIVA

Este artigo resulta de uma análise das dinâmicas da presença da Turquia em África, em concreto no diz respeito à região subsaariana, mas é também dedicado a apresentar a evolução das relações da Turquia com os países africanos de língua portuguesa, incluindo-se ainda o envolvimento turco nos restantes países lusófonos. Argumenta-se que a execução do Plano de Ação da Turquia para África, especialmente no que diz respeito aos seus mais recentes desenvolvimentos, é uma boa oportunidade para Portugal retirar vantagens da sua relação especial com os países africanos lusófonos e, ao mesmo tempo, reforçar a sua relevância no processo de adesão da Turquia à União Europeia, de que é apoiante desde o início.

P 2

AS DÚVIDAS SOBRE A AUTORIA DOS ATAQUES QUÍMICOS NA SÍRIA

FRANCISCO GALAMAS

Durante o ano de 2013, diversas acusações incidiram sobre o regime sírio relativamente ao uso de armas químicas. Tais alegações levaram a que uma equipa de inspetores das Nações Unidas fosse a território sírio para recolher elementos que fornecessem mais dados concretos. Não obstante, os dados recolhidos confirmam o uso de armas químicas em alguns locais embora poucas indicações deem sobre a autoria dos mesmos. Dessa forma, face aos riscos securitários inerentes, torna-se importante refletir sobre alguns dos elementos disponíveis relacionados com a autoria destes ataques químicos.

P 14

O PLANO DE AÇÃO TURCO PARA ÁFRICA E A LUSOFONIA

LUÍS EDUARDO SARAIVA

Investigador do IDN, Coronel de Cavalaria (Res.) e Doutor em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada

INTRODUÇÃO

A Feira Internacional de Luanda, um evento anual considerado como um dos mais marcantes de Angola no que respeita ao comércio, viu no ano de 2013 Portugal ser ultrapassado pela Turquia em importância e dimensão do seu pavilhão. A Turquia sempre teve uma importância grande no Norte de África e no seu Leste, principalmente devido às ligações relacionadas com o antigo Império Otomano, mas começa agora a ganhar influência muito para além do deserto do Sara.

A Turquia reconheceu todos os novos Estados saídos dos processos de descolonização começados nos anos 1960 em África, iniciou relações diplomáticas e abriu embaixadas residentes em alguns deles. Diversas abordagens para estabelecimento de relações nos domínios económico, comercial, social e político foram levadas a cabo nas décadas de 1960 e 1970, com algum sucesso. No entanto, na perspetiva turca, um país com as suas dimensões deveria ter interações muito mais intensas nos diversos domínios. Este argumento levou à preparação de uma nova política turca aberta em direção a África e à adoção de um Plano de Ação, em 1998, visando atingir-se um alto nível de relações com África como um todo.

Este texto é resultado da análise do processo de penetração da Turquia em África, dedicando-se em especial a mostrar a evolução das relações turcas

com os países de língua portuguesa, apontando também as relações desse país com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) em geral¹. Argumenta-se que o Plano de Ação turco para África – e atendendo especialmente aos resultados recentes da sua aplicação – é mais uma oportunidade para Portugal tirar partido da sua relação com os países africanos de língua portuguesa, ao mesmo tempo que também pode retirar vantagens do seu tradicional apoio à entrada da Turquia na UE. Mas para que essas vantagens sejam palpáveis, há que estabelecer estratégias ousadas de uma colaboração bilateral com a Turquia. Será que o novo conceito estratégico de Portugal tem isso em conta?

Na primeira parte apresentam-se os resultados da análise ao plano de ação turco para África, apresentado na primeira Cimeira da Cooperação Turquia-África, que decorreu em Istambul em 2008. A segunda parte apresenta alguns indicadores que poderão certificar a eficácia das medidas turcas relativamente à política externa para África, e em especial a utilidade do seu plano de ação. A terceira parte reflete a análise sobre a penetração nos países membros da CPLP, com especial incidência nos africanos. De seguida o texto propõe-se apresentar alguns resultados da sobreposição entre a presença turca nos países africanos de língua portuguesa com as estratégias portuguesas para

a África lusófona. Nas notas finais apresentam-se algumas perspetivas de futuro quanto à possibilidade de Portugal aproveitar sinergias da presença cada vez mais relevante da Turquia em África.

O PLANO DE AÇÃO

Com os processos de descolonização começados nos anos 1960 em África, a Turquia reconheceu todos os novos Estados, estabeleceu relações diplomáticas e abriu embaixadas residentes em alguns deles. Diversas abordagens, nos domínios económico, comercial, social e político, foram levadas a cabo nas décadas de 1960 e 1970, com algum sucesso. No entanto, a tensão existente entre os grandes blocos durante a Guerra Fria impediu a exploração desse sucesso.

Entretanto a Turquia não estava satisfeita com o nível de relação atingido. Na perspetiva turca, um país com as suas dimensões deveria ter interações muito mais intensas nos diversos domínios. Este argumento levou à preparação de uma nova política turca aberta em direção a África e à adoção de um Plano de Ação, em 1998, já livre dos constrangimentos da Guerra Fria, visando atingir-se um alto nível de relações com África como um todo.

O Plano de Ação também propõe medidas políticas para desenvolver as relações da Turquia com países africanos, tais como cooperação no campo das indústrias de defesa. O plano propõe diversas medidas para melhorar a cooperação cultural e a interação no campo da educação como a assinatura de acordos culturais, os contactos entre universidades e a atribuição de bolsas. O convite de académicos africanos para diversos seminários e conferências internacionais ou para festivais internacionais faz parte das propostas do Plano de Ação. Neste também se aborda a necessidade de cooperação no domínio do treino militar, a contribuição turca para as atividades de manutenção de paz das Nações Unidas e o convite a africanos para exercícios militares na Turquia. É ainda proposta a criação de um Instituto de Estudos Africanos com a finalidade

de esclarecer o público turco, por um lado, e para compreender África e os seus problemas, por outro. O Plano de Ação prescreve, para além de tudo isso, medidas para aligeirar as emissões de vistos para África e sugere a cooperação bilateral na implementação do plano com países amigos como os Estados Unidos, o Egito, a Argélia, a Tunísia e Marrocos.

Apesar de adotado em 1998, as propostas contidas no plano foram apenas sendo timidamente executadas nos primeiros anos. A partir de 2002, no entanto, começaram a aparecer novas dinâmicas que facilitaram a sua execução.

Num artigo publicado em 2013 na revista *África Insight*, Abdurrahim Siradag, um académico turco e atualmente professor na Universidade de Sarajevo, examina as razões e as dinâmicas que estão por detrás da nova política externa e de segurança da Turquia, considerando que o país se envolveu mais ativamente na política africana após o partido AKP ter ascendido ao poder, em 2002. Assim, como sublinha, desde 2005, foram abertas 19 novas embaixadas em África e foram reforçadas as relações institucionais com as organizações regionais e sub-regionais africanas, tais como a União Africana (UA) e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Sobre a questão do porquê da Turquia ter alterado a sua política externa e de segurança para com África desde 2002, o autor argumenta que tal terá sido devido à alteração dos parâmetros da política externa turca levada a cabo por iniciativa do partido no poder. Na verdade, a abertura a África proporcionada pela alteração do paradigma de segurança internacional terá desempenhado um papel maior na alteração da estratégia turca para a sua política externa. Mas sublinha esse autor que para o AKP é uma questão central procurar desenvolver uma política externa multidimensional com diferentes regiões e continentes. O que se verifica entretanto é que as entidades turcas responsáveis pela execução da política externa começaram a trabalhar com

diversas instituições, mecanismos e agências em África, de forma a desempenharem um papel mais ativo na política africana (Siradag, 2013).

O Plano de Ação da Turquia para África está já na sua segunda década de execução e os resultados deverão ressaltar, em especial depois do incremento que lhe foi dado com o governo do AKP. Na secção seguinte analisa-se o grau de eficácia desse plano.

EFICÁCIA DO PLANO DE AÇÃO

A questão que se deve colocar é que resultados foram alcançados desde a aprovação do Plano de Ação, em 1998, até hoje? Abordemos a questão da validação da eficácia do plano turco em duas vertentes. Por um lado, interessa saber como se têm pronunciado os analistas sobre a execução do Plano de Ação. Por outro lado, recorrendo a alguns indicadores, como a organização de, e participação, em reuniões, os seus resultados e declarações, ou ainda, recorrendo à análise da evolução das trocas comerciais e outros dados de relacionamento, pode-se deduzir o nível de eficácia do Plano de Ação como documento enquadrante das iniciativas turcas em África.

O que dizem os analistas

Segundo afirmou numa conferência na Holanda o já citado professor Siradag, foi desde 2002 que a política externa turca mudou profundamente. A estabilidade política e económica alcançada na Turquia com o governo de maioria absoluta do AKP permitiu o reforço das relações da Turquia com África. Este fator, conjugado com o legado do Estado Otomano, tem jogado um papel decisivo no desenvolvimento das relações entre Turquia e África. Na perspetiva de Siradag, as relações turco-africanas tiveram um novo desenvolvimento que começou na verdade de forma mais ativa em 2005, proporcionando que a Turquia tenha vindo a tornar-se um novo ator global emergente em África (Siradag, 2011).

Segundo Siradag (2014), a Turquia executou a sua

política externa para África com recurso a três estratégias, que passam pela intensificação dos laços diplomáticos com África, pelo acompanhamento e apoio das organizações não-governamentais (ONG) turcas em África e pelo reforço das relações económicas com África.

Vejamos em primeiro lugar a questão do reforço dos laços diplomáticos com os países e organizações africanas. Enquanto a Turquia em 2002 tinha apenas 12 embaixadas em África, hoje tem 35 (Kumrulu, 2014). A Turquia também aprofundou as suas relações com as organizações regionais e sub-regionais africanas, tendo obtido o estatuto de observador na UA em 2005 e tendo-se tornado um membro não-regional do Banco de Desenvolvimento Africano (BAD) em 2008. Adicionalmente, a Turquia foi acreditada na Comunidade Leste Africana (EAC) em 2010, na Autoridade Intergovernamental de Parceiros do Desenvolvimento (IGAD) em 2012, no Mercado Comum do Sudoeste Africano (COMESA) em 2012 e na Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) em 2013 (Siradag, 2014).

A segunda estratégia diz respeito ao reforço das relações económicas da Turquia com os países africanos. A Turquia assinou três acordos de comércio com países africanos. As suas relações comerciais com África aumentaram significativamente na última década. No início, situadas à volta de mil milhões de dólares, as trocas comerciais da Turquia com África aumentaram para 23 mil milhões no final da década de 2010 (Siradag, 2014).

A terceira estratégia diz respeito à preocupação turca com a consolidação do trabalho das suas ONG e ao reforço do apoio para as atividades humanitárias em África. As ONG turcas são consideradas pela Turquia como fundamentais no desempenho de um papel central no aprofundamento das relações do país com África. A Fundação de Auxílio Humanitário (IHH), referida como exemplo por Siradag (2014), está presente em 42 países africanos e tem um alargado leque de operações

humanitárias. Esta fundação iniciou em 2002 um projeto de abertura de poços para fornecimento de água potável. Acontece que os habitantes de vários países africanos têm ainda dificuldades em aceder a água potável, pelo que usam água imprópria para consumo. Devido à escassez de água e às secas fatais em África, todos os anos morrem milhares de pessoas. A IHH abriu até agora mais de mil poços de água em vários países africanos, principalmente na Somália (1.146 poços), mas também nos Camarões, no Quênia e na Etiópia, entre outros, planeando abrir proximamente mais 475 poços. Mas esta fundação tem ainda em curso outros projetos para além daqueles de curto prazo. Abriu escolas agrícolas, por exemplo, de forma a desenvolver a agricultura, como na Somália em 2013, em cooperação com a Agência de Cooperação e Desenvolvimento da Turquia (TIKA), e na Gâmbia em 2012 (Siradag, 2014). A fundação IHH conduziu também importantes projetos de saúde, como o do combate às doenças dos olhos, em especial as cataratas. A IHH procura alcançar a meta de 100 mil cirurgias gratuitas às cataratas operando no Sudão, na Somália, na Etiópia, no Togo, no Chade, no Níger, no Burkina Faso, no Gana, no Malawi e no Benim (Siradag, 2014).

O papel cada vez mais importante da Turquia em África é explicado por Siradag devido a dois importantes fatores. O primeiro é a localização geográfica da Turquia, que a coloca no centro da grande massa terrestre constituída pela Europa, pela Ásia e por África. O segundo decorre da mudança de perspetiva relativamente recente da política externa turca. Segundo Siradag (2014), a posição geográfica da Turquia afeta diretamente as suas relações externas e de segurança na política mundial. Durante o período da guerra fria, a Turquia desenvolveu uma política externa orientada para o Ocidente, devido à cristalização do mundo em dois blocos. Mas as condições geográficas da Turquia obrigam-na a desenvolver atualmente políticas externas e de segurança multilaterais e ativas, pelo

que este país não pode ser um ator estratégico na política mundial sem aprofundar as suas relações com o continente africano. Pode dizer-se, sublinha Siradag (2014), que com o AKP no governo a Turquia acrescentou uma profundidade geográfica à sua política externa.

O segundo fator, a mudança de perspetiva da política externa turca, nomeadamente as alterações na relação com África, pode ser explicada por uma mudança de perceção turca sobre o que se entende por política externa. Afirma Siradag (2014) que a política externa turca se baseava, durante a Guerra Fria, em “perceções intangíveis de ameaça”, conceito que foi mesmo utilizado pelos políticos turcos até cerca do ano 2000. O impacto da Guerra Fria na política externa turca continuou até esse ano – considera o autor – e a perceção de ameaça durante esse período terá dissuadido o desenvolvimento das relações económicas e políticas entre a Turquia e África. Para Siradag, relações históricas, laços religiosos e perceções novas e positivas foram fatores importantes para a mudança da política externa tradicional da Turquia.

Existem outras perspetivas sobre as razões que levaram a Turquia a decidir aprofundar as suas relações com África. De acordo com um relatório divulgado nos finais de 2012, preparado pelo embaixador turco Numan Hazar, as relações da Turquia com os países africanos não tinham atingido um nível desejado nas áreas política, económica, comercial e cultural. Por um lado, as relações não eram adequadas às dimensões de um país como a Turquia com um crescimento económico e comercial em pleno desenvolvimento. Por outro lado, devido à falta de uma bem estabelecida rede diplomática turca em África, a Turquia acabava por ter contactos diplomáticos com países africanos apenas no âmbito de organizações internacionais, tais como a ONU ou a Organização para a Cooperação Islâmica. O que acabava por acontecer é que a Turquia desconhecia os problemas e desafios de África e, por outro lado, os africanos não entendiam

bem as questões diplomáticas relacionadas com a Turquia (Hazra, 2012: 5,6).

Alguns indicadores sobre a eficácia do Plano de Ação

Em 2008 foi estabelecida a parceria África-Turquia, numa cimeira que teve lugar em Istambul, de 18 a 20 de abril, a Cimeira da Cooperação Turquia-África, levada a cabo com a participação de 49 países africanos, sendo considerada pelo MNE turco como o início de um processo de cooperação firme e sustentável.

Os objetivos desta cimeira foram a consolidação e o desenvolvimento de áreas de cooperação a diversos níveis e em vários setores. Segundo nota a UA na sua página oficial, nesta cimeira foi também aprovado o estabelecimento entre África e a Turquia de uma parceria estável e duradoura fundamentada nos interesses mútuos e na igualdade e na promoção da cooperação entre as duas entidades em áreas de interesses específicas (African Union, 2013). Foi nessa altura também desenvolvido o Plano de Ação para o período 2010-2014, já referido acima, que teve em linha de conta as fortes relações já existentes entre alguns países africanos e a Turquia. Nessa cimeira a UA declarou a Turquia como um parceiro estratégico de África. Foram adotados nesse momento dois documentos importantes para o enquadramento da relação da Turquia com África: a "Declaração de Istambul sobre a Parceria Turquia-África – Solidariedade e Parceria para um futuro comum" e o seu anexo "Quadro de Cooperação para a Parceria Turquia-África"². Deste modo, foram identificados como campos de cooperação prioritários a relação intergovernamental; o comércio e investimento; a agricultura, os agronegócios, e o desenvolvimento rural, a gestão de recursos aquíferos, as pequenas e médias empresas; a saúde; a paz e a segurança; as infraestruturas, energia e transportes; a cultura, o turismo e a educação; a comunicação social, as tecnologias de comunicação e informação e o

ambiente (MFA, 2013)³.

Ao mesmo tempo que decorria a cimeira, realizava-se também em Istambul um Fórum de Negócios Turquia-África, organizado pela Comissão de Relações Económicas Externas (DEIK) e pela Confederação de homens de negócios e industriais da Turquia (TUSKON). Este fórum providenciou uma oportunidade para a promoção das capacidades económicas da Turquia junto dos homens de negócios e autoridades africanos.

Mais tarde, a 15 de dezembro de 2010, e no quadro do mecanismo de acompanhamento adotado na cimeira, teve lugar em Istambul a primeira reunião de funcionários de alto nível da parceria Turquia-África, onde foi então adotado o Plano de Execução Conjunto da Parceria Turquia-África para 2010-2014. De acordo com esse mecanismo de acompanhamento, realizou-se a 16 de dezembro de 2011 em Istambul a 1.ª Conferência de Revisão da Parceria Turquia-África, destinada à revisão dos desenvolvimentos alcançados desde 2008 e para identificação de ações futuras.

A 19 de junho de 2013 reuniram-se em Adis Abeba representantes da UA e da Turquia para prepararem a segunda cimeira África-Turquia, prevista para o final de 2013 mas que se espera venha a realizar-se em 2014. Nesta reunião preparatória foi referida, pelo embaixador Jean-Baptist Natama, chefe de gabinete do Presidente da Comissão da União Africana, a necessidade de se intensificarem as relações entre as comunidades de negócios através da organização do comércio e da promoção do investimento e a criação de uma estrutura conjunta para proporcionar melhores e maiores oportunidades para expandir o comércio e o investimento das duas partes. Também nessa reunião foi feito o ponto de situação de atuação da TIKA, agência de desenvolvimento e cooperação internacional da Turquia no continente africano, pelo embaixador Birnur Fertekligir, sub-secretário de Estado, do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Turquia (African Union, 2013).

Outro sinal do sucesso do Plano de Ação para África é o nível de participação da Turquia no ensino africano, para além da aposta noutras áreas de desenvolvimento. Mais de 4.000 estudantes africanos estudaram já na Turquia em estabelecimentos de ensino oficiais ou particulares⁴. A Turquia também tem vindo a construir escolas, aeroportos e hospitais em muitos países africanos. Para Siradag, ao mesmo tempo que se reforçam as relações entre a Turquia e África, diminui aí o papel dos antigos poderes coloniais, diversificando-se ao mesmo tempo as políticas externas dos países africanos (Siradag, 2014).

Sobre a eficácia da política externa turca em África, na generalidade, e sobre o sucesso do seu Plano de Ação, em particular, é também interessante observar a perspetiva do MNE turco. De acordo com este órgão, as relações da Turquia com a UA foram limitadas no período de 1963 a 2002, e essencialmente pelas razões já sublinhadas acima. A partir da execução em 1998 do Plano de Ação para a política de abertura para África, a Turquia participou nas cimeiras africanas como país convidado desde 2002 e obteve o estatuto de observador na UA em 2005⁵.

A partir do convite do ministro dos negócios estrangeiros da Turquia, o Presidente da Comissão da UA visitou este país entre 21 e 25 de novembro de 2005, no que foi a primeira visita oficial da UA à Turquia. Por outro lado, depois deste convite, o primeiro-ministro turco fez a primeira visita de alto-nível da Turquia, em 29 e 30 de janeiro de 2007, para participar na Cimeira da UA em Adis Abeba (MFA, 2013).

Por último é muito relevante a presença do ministro dos negócios estrangeiros turco na recente cimeira da UA, que teve lugar em Adis Abeba a 30 e 31 de janeiro, onde houve oportunidade para a Turquia trocar impressões sobre a sua candidatura a membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (MFA, 2014).

A política externa turca para África não se baseia

simplesmente em objetivos económicos ou comerciais mas engloba também uma abordagem abrangente onde se inclui o desenvolvimento de África através de assistência técnica e de projetos nas áreas de combate a doenças, desenvolvimento agrícola, irrigação, energia e educação e fluxo regular de ajuda humanitária, conforme nota o MNE turco na sua página oficial (MFA, 2013). Assim, para além das iniciativas levadas a cabo diretamente através da política externa turca, outras atividades são conduzidas por organizações, estatais ou não, mas com coordenação oficial. Nesse sentido, a TIKA abriu em 2005 um gabinete coordenador de programas para África em Adis Abeba, outro em Cartum em 2006 e um outro em Dacar em 2007, para apoio a projetos de desenvolvimento nas respetivas regiões. De acordo com o MNE turco, a assistência da Turquia ao desenvolvimento de África é de 31% do esforço mundial total para esse continente, num montante de cerca de 772 milhões de dólares (MFA, 2014).

A Turquia tem contribuído para as missões das Nações Unidas em África, no âmbito da promoção da paz, da segurança e do desenvolvimento. Atualmente contribui com pessoal e financiamento para cinco das seis missões da ONU em África (MFA, 2014). Como exemplo dos esforços da Turquia para o reforço da estabilidade e do apoio ao desenvolvimento, o MNE turco indica que o país foi copresidente, com o Egito, de uma “Conferência Internacional de Doadores para a Reconstrução e Desenvolvimento do Darfur”, no Cairo, em 21 de março de 2010. Na conferência a Turquia anunciou uma disponibilização de 65 a 70 milhões de dólares de assistência humanitária, essencialmente, para as áreas de saúde, agricultura e educação. Também organizou de 21 a 23 de maio de 2010, em Istambul, a conferência sobre a Somália, no quadro da ONU. Esta conferência providenciou um importante apoio ao processo de paz do Djibuti e ao Governo Federal de Transição (TFG). É de referir também o grande esforço turco para

aumentar a presença diplomática em países de África, especialmente a sul do Sara. Recentemente a Turquia decidiu abrir 15 novas embaixadas⁶ em países africanos. Atualmente tem 20 embaixadas em África, das quais 15 são subsarianas, segundo dados de 2013 do MNE turco. Por outro lado, a presença de embaixadas africanas em Ancara aumentou de 11 para 27 nos últimos cinco anos (MFA, 2014).

Se a eficácia do Plano de Ação para África não pode ser posta em causa, como se viu, na verdade faz apenas parte de uma longa estratégia turca para África, que tem sido levada a cabo, de uma forma geral, com sucesso. Mas o esforço de penetração da Turquia, apesar dos visíveis sinais de sucesso, não está terminado, conforme nota Siradag (2014), pelo que a Turquia deve continuar a intensificar as suas relações com África e deve procurar ter um papel mais ativo na manutenção da paz e da segurança em África, em particular em áreas de conflito. Siradag acredita que a relação da Turquia com África cria novas alternativas àquele país e faz diminuir a sua dependência do mundo Ocidental, reforçando o seu poder político e económico na cena internacional.

Segundo o semanário angolano *O País* (2014), na sua versão em linha, no ano de 2000 o volume de comércio entre a Turquia e a África subsaariana teria sido de 742 milhões de dólares americanos. Este valor teria atingido 5.700 milhões de dólares em 2008, embora tivesse caído para 4 mil milhões de dólares em 2010, devido à crise financeira global. O volume de comércio com a África subsaariana atingiu os 7.500 milhões de dólares em 2011, o que seria, segundo ainda este jornal, um novo recorde. Assim, o volume de comércio com o continente africano em geral, que foi de 9 mil milhões de dólares em 2005, teria passado para 14.100 milhões de dólares em 2010 e 17.100 milhões de dólares em 2011. Ainda segundo este periódico, a Turquia e Angola pretenderiam chegar ainda mais longe, a um patamar de 50 mil milhões de dólares

até ao final de 2015. De facto, os dados do MNE turco (MFA, 2014) apontam para um valor de trocas comerciais entre a Turquia e África, em 2012, de 23 mil milhões de dólares. Com este incremento a aposta turca na meta dos 50 mil milhões parece ser facilmente ganha.

Aquele jornal angolano junta a estes dados ainda um apontamento sobre a expansão da companhia aérea Turkish Airlines, que terá iniciado novas rotas em África, nomeadamente para Mogadishu, Kigali, Abijan, Kinshasa, Djibuti, Nouakchott, Niamey e Ouagadougou (*O País*, 2014), atingindo-se um total de 30 destinos em 22 países africanos. Esta “empresa de bandeira” tem vindo a desempenhar um papel muito importante como mais um instrumento da política externa turca.

PRESENÇA TURCA NO MUNDO LUSÓFONO

Nesta parte faz-se a análise da penetração da Turquia nos países africanos da CPLP. Também se considerou útil juntar aqui alguns apontamentos sobre a relação da Turquia com os restantes países da CPLP, nomeadamente o Brasil, Portugal e Timor-Leste, pois assim se terá uma perceção mais abrangente da dimensão da presença turca no mundo lusófono.

Países africanos de língua portuguesa

Já vimos que os diversos mecanismos que estabeleceram e reforçam a relação entre a Turquia e África se têm desenvolvido. A Turquia encontra-se presente junto das grandes instituições, como a UA, e tem sabido manter as dinâmicas dessas ligações. Quais são as relações da Turquia com os países africanos de língua portuguesa? O próprio MNE da Turquia publica, em linha, qual o nível de relações com esses países.

Relações entre a Turquia e Angola

Conforme sugere a introdução deste texto, que aponta ter sido Portugal ultrapassado pela Turquia na relevância junto da Feira Internacional de Luanda

em 2013 (Sol, 2013), de entre os países africanos lusófonos, é com Angola que a Turquia tem as relações mais desenvolvidas. A Turquia reconheceu Angola em 1975, logo depois da sua independência e, no quadro da política de abertura a África iniciada em 1998, tem-se empenhado no desenvolvimento das relações com este país. No entanto só recentemente este esforço tem sido visível. Prova disso é a operacionalização da embaixada turca desde 1 de abril de 2010 e a decisão do governo angolano de abrir uma embaixada na Turquia.

José Pedro de Morais Júnior, ministro das finanças de Angola em 2008, participou na 1.^a Cimeira de Cooperação Turquia-África, tendo então sido recebido pelo Presidente da República da Turquia. Em 2011, uma delegação angolana, chefiada pela ministra do planeamento, Ana Dias Lourenço, participou na 4.^a Conferência da ONU sobre os países menos desenvolvidos, que teve lugar em Istambul, e encontrou-se com o ministro dos negócios estrangeiros turco, Ahmet Davutoglu.

O Acordo de Cooperação Comercial, Económico e Técnico assinado em 22 de agosto de 2008 constitui a base para as relações comerciais e económicas entre a Turquia e Angola. O volume de negócios entre os dois países foi de cerca de 110 milhões de dólares (EUA) em 2010. Foi atingido nos últimos anos um notável aumento do nível de exportações turcas para Angola, consistindo essencialmente em produtos alimentares, têxteis, vestuário e materiais de construção. Contudo, o MNE turco estima que o volume de comércio entre os dois países seja muito maior do que os números oficiais sugerem, se se tiver em conta o comércio de passagem e o comércio realizado através de países terceiros. No que diz respeito ao apoio à educação, todos os anos são concedidas pelo governo turco bolsas de educação superior a Angola. No âmbito do programa de 2012-2013, foram atribuídas bolsas de estudo a 561 estudantes da África subsaariana e 142 estudantes de países do Norte de África, um aumento em 60% em relação às bolsas atribuídas

no período anterior (O País, 2014). Deve também ser referido o funcionamento em Luanda de uma escola turca, o “Colégio Esperança Internacional”, inaugurada em 1995 e destinada ao ensino básico e secundário (ANGOP, 2014).

O semanário angolano *O País*, publicava na sua página em linha a 17 de janeiro de 2014 uma notícia sobre as iniciativas turcas em Angola: “Turquia reposiciona-se e define-se como um país ‘Afro-Euroasiático’”. Esta extensa notícia, de que já apontámos alguns elementos anteriormente, reflete o interesse que Angola demonstra sobre as iniciativas turcas em África.

Relações entre Turquia e Cabo Verde

As relações da Turquia com Cabo Verde podem ser consideradas relativamente modestas. De acordo com o MNE turco, não existem conflitos políticos entre os dois países. Os contactos recíprocos são realizados predominantemente no quadro de encontros internacionais. A República de Cabo Verde participou na 1.^a Cimeira de Cooperação Turquia-África, com uma delegação chefiada pelo representante permanente de Cabo Verde nas Nações Unidas. O Presidente da República da Turquia teve uma reunião com o Presidente de Cabo Verde, Pedro Pires, durante a 63.^a Sessão da Assembleia Geral da ONU, em 2008.

O volume de negócios entre a Turquia e Cabo Verde em 2010 foi de 5,84 milhões de dólares, indica o MNE turco. A Turquia exporta produtos da indústria automóvel, aço, cimento, produtos químicos e produtos de borracha e plástico para Cabo Verde, enquanto este exporta para a Turquia produtos artesanais. O comércio entre a Turquia e Cabo Verde era normalmente apenas concretizado pelas exportações da Turquia para Cabo Verde até que, em 2011, pela primeira vez, a Turquia importou alguns produtos, tais como peixe, num valor de 200 mil euros. A Turquia estará a desenvolver esforços para o estabelecimento de um quadro legal que facilite o reforço das relações entre os dois países (MFA, 2013).

Relações entre a Turquia e a Guiné-Bissau

De acordo com o MNE turco, as relações da Turquia com a Guiné-Bissau têm sido concretizadas essencialmente através de contatos nas organizações internacionais. A Turquia não tem embaixada em Bissau, mas a embaixada turca em Dacar está acreditada na Guiné-Bissau. A Turquia tem um consulado honorário em Bissau e a Guiné-Bissau tem um consulado honorário em Istambul. Uma delegação chefiada por Maria da Conceição Nobre Cabral, antiga ministra de Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional da República da Guiné-Bissau, participou na 1.^a Cimeira de Cooperação Turquia-África, tendo a ministra sido recebida pelo Presidente da República da Turquia. O falecido Presidente da República da Guiné-Bissau, Malam Bacai Sanhá, participou na 4.^a Conferência dos países menos desenvolvidos das Nações Unidas, que decorreu entre 9 e 13 de maio de 2011 em Istambul. Nesta ocasião, foi recebido pelo Presidente da República da Turquia, tendo sido tratado o desenvolvimento de relações bilaterais. O governo turco já tinha então financiado a construção do Liceu Amizade Guiné-Bissau/Turquia, que foi completado em 2010.

É de relevar também que em dezembro de 2010 a Turquia, por intermédio da TIKA, doou duas embarcações de patrulhamento costeiro à Guiné-Bissau. Para a Guiné-Bissau a Turquia exporta principalmente produtos agrícolas, ocupando o segundo lugar de exportações de bens industriais. Em 2010 a Turquia exportou para a aquele país bens num total de 2,5 milhões de dólares. No entanto, até à data a Turquia não tem feito importações da Guiné-Bissau. Em 5 de maio de 2011, a associação turca Kütahya-Gül-Der levou a cabo uma iniciativa de triagem de saúde na Guiné-Bissau em cooperação com a Agência Turca de Cooperação e Desenvolvimento. Neste âmbito, foram entregues à Guiné-Bissau 4.500 kg de equipamento médico, um aparelho de ultrassons e 30 camas de hospital. Para além disso, refere ainda a página oficial do MNE turco

que todos os anos o governo turco atribui bolsas para ensino superior a estudantes da Guiné-Bissau (MFA, 2014).

Relações entre a Turquia e Moçambique

O MNE turco afirma que as relações bilaterais entre a Turquia e Moçambique, que foram limitadas durante muito tempo, ganharam nova dinâmica como resultado de iniciativas levadas a cabo pela Turquia no âmbito da sua política de abertura a África, ou seja, decorrente da operacionalização do seu Plano de Ação para África. A abertura da embaixada turca em Maputo em 2011 constituiu, sem dúvida, um passo importante no desenvolvimento de relações bilaterais entre os dois países.

Não existem acordos bilaterais assinados entre os dois países. Todavia, uma notícia da agência noticiosa moçambicana AIM de 25 de abril de 2013, dava conta da existência de boas relações entre os dois países, tendo até a Turquia endereçado uma carta ao MNE moçambicano solicitando-lhe que apoiasse a candidatura turca para a organização da Expo 2020. A Turquia aproveitou a oportunidade para também reiterar o seu interesse em estabelecer uma rota das linhas aéreas turca entre os dois países (AIM, 2013).

O que parece acontecer, e que esta notícia deixará vislumbrar, na verdade, é que a Turquia continua a exercer esforços para a assinatura de acordos em todos os campos, particularmente no domínio económico, como forma de estabelecer uma base legal para as relações bilaterais. O MNE turco reconhece que existe um grande potencial para a melhoria das relações com Moçambique, sublinhando a existência de vastos recursos naturais naquele país. Como forma de contribuir para o desenvolvimento de relações económicas e comerciais entre os dois países, o MNE turco preconiza o apoio a diversos projetos a serem levados a cabo por investidores, homens de negócios e empreiteiros, realçando a prioridade dos projetos ligados ao levantamento de infraestruturas.

Na verdade, o comércio turco com Moçambique está a aumentar rapidamente. Segundo dados do MNE turco, o volume de negócios, que era de 29 milhões de dólares em 2008, atingiu 90 milhões em 2009 e 89 milhões em 2010. No primeiro trimestre de 2011 o volume de negócios tinha atingido o nível de 44 milhões de dólares em comparação com 33 milhões em igual período de 2010 (MFA, 2014). Relativamente às trocas comerciais, a Turquia exporta para Moçambique alcatrão de hulha, produtos petrolíferos brutos, óleos voláteis, maquinaria elétrica, ferro e aço, importando de Moçambique antracite, sésamo e tabaco.

Relações entre a Turquia e São Tomé e Príncipe

Não existe representação diplomática da Turquia em São Tomé e Príncipe, estando a embaixada turca em Luandé acreditada em São Tomé e Príncipe desde 12 de janeiro de 2010. Relativamente aos contactos formais entre os dois países, o MNE turco refere que o presidente da república da Turquia se encontrou com o Presidente Menezes em setembro de 2008, à margem de reuniões da ONU. Além disso, São Tomé e Príncipe participou em Istambul na Cimeira de Cooperação Turquia-África, em 2008, com uma delegação chefiada por Carlos Alberto Pires Tiny, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades. Este foi na ocasião recebido pelo Presidente turco. O embaixador são-tomense Homero Salvaterra visitou a Turquia de 8 a 11 de fevereiro de 2010 como representante especial do MNE, tendo sido recebido pelo MNE turco. Homero Salvaterra encontrou-se também com o presidente da TIKA e representantes da TUSKON, numa clara intenção de chamar a atenção destas duas organizações para as potencialidades de São Tomé e Príncipe. O volume de negócios entre os dois países é modesto, tendo alcançado em 2010, de acordo com o MNE turco, o valor de 479 mil dólares.

Portugal, Brasil, Timor-Leste

Embora este texto seja dedicado essencialmente às relações da Turquia com África, com um destaque especial para os países africanos de língua portuguesa, poderá ser também útil, inclusive neste quadro, registar quais são as relações da Turquia com os restantes países da CPLP, mesmo que de forma abreviada.

Relações entre Turquia e Portugal

É entendimento inequivocamente aceite que Portugal e Turquia disfrutaram de muito boas relações políticas bilaterais. Tendo em conta a cada vez mais relevante importância regional e estratégica da Turquia, especialmente no que diz respeito a energia, Portugal apoia o processo de adesão da Turquia à UE. Portugal considera que a entrada deste país reforçará a dimensão mediterrânica da UE.

Segundo a perspectiva turca, as relações políticas da Turquia com Portugal datam de 1843 (MFA, 2014). Se essas relações foram positivas durante a Guerra Fria, principalmente no âmbito da Aliança Atlântica, tem sido realmente nos últimos anos que os contactos entre os dois países se têm intensificado, especialmente após o apoio de Portugal à candidatura da Turquia à União Europeia. Entre outros contactos ultimamente concretizados o MNE turco salienta a visita do Presidente da República portuguesa à Turquia, de 11 a 15 de maio de 2009, a visita do ministro dos negócios estrangeiros turco, Ahmed Davutoglu, a Portugal, em 14 de julho de 2010, a visita de Paulo Portas, como ministro dos negócios estrangeiros, à Turquia em 3 e 4 de abril de 2012, ou ainda a visita a Portugal do ministro turco para os assuntos europeus, Egemen Bagis, em 19 e 20 de setembro de 2012.

É também importante relevar a visita de Estado do Presidente da República da Turquia a Portugal, em maio de 2013, acompanhado por uma comitiva de homens de negócios. Foram na altura assinados importantes acordos nos domínios diplomático, militar, económico e cultura. (Kumrulu, 2014)⁷. De especial

interesse foi a visita do primeiro-ministro português, Passos Coelho à Turquia, constituindo a oportunidade para a assinatura, em 18 de dezembro de 2013, do Documento de Estratégia sobre o Reforço das Relações Bilaterais entre Portugal e a Turquia. Ficou assim decidida a organização periódica de cimeiras intergovernamentais entre os dois países, ao nível de primeiro-ministro (Kumrulu, 2014). Também a visita, dezembro de 2013, do Ministro da Defesa Nacional, Aguiar Branco, à Turquia constituiu uma oportunidade relevada nos meios de comunicação social da Turquia, registando-se, entre outras matérias, a vontade turca de reforçar a ligação a Portugal no âmbito das indústrias navais.

Relativamente ao peso das trocas comerciais entre os dois países o MNE turco sublinha que o comércio bilateral entre os dois países terá aumentado de 969,3 milhões de dólares em 2010 para 1,503 mil milhões de dólares em 2011. Em 2012, as exportações da Turquia para Portugal atingiram 446 milhões de dólares, enquanto as importações de produtos portugueses para a Turquia atingiram 607 milhões de dólares. As empresas portuguesas investiram na Turquia principalmente nos setores da área de energia, do turismo e do cimento (MFA, 2014).

Uma outra área que começa a ganhar algum a dimensão é a do ensino, pois a Turquia oferece oportunidades para bolsheiros frequentarem as suas universidades. É de referir ainda, no que concerne à presença de portugueses na Turquia, que os residentes português são poucos, mas que o número de portugueses em visita de turismo à Turquia chegou a 52 mil em 2011, segundo dados turcos. É de referir a importância do aeroporto de Lisboa para a Turquia, pois daí saem semanalmente sete voos diretos para Istambul, ou seja, um por dia (Kumrulu, 2014). Por outro lado, Portugal é um dos países da UE onde reside apenas um número limitado de turcos pois, segundo o MNE turco, estarão registados 300 turcos na secção consular da embaixada em Lisboa.

As necessidades económicas de ambos os países são a base da exploração de novos mercados, nota o MNE turco. Segundo este órgão, Portugal considera a Turquia como um potencial catalisador para as suas relações na Ásia Central e Cáucaso, enquanto a Turquia valoriza Portugal como um possível intermediário para facilitar a sua penetração em África. Na verdade, se esta for também a perspetiva portuguesa da penetração da Turquia em África, faltará ainda, provavelmente, traçar em Lisboa linhas de operacionalização desta vantagem, pois não se conhecem dados sobre esta questão.

Relações entre a Turquia e o Brasil

O MNE turco sublinha que, embora os laços diplomáticos entre a Turquia e o Brasil datem de há 150 anos, apenas recentemente a sua relação ganhou grande ímpeto. Devido à distância geográfica e às diferentes prioridades dos dois países, as relações bilaterais nunca atingiram grande intensidade. Durante o governo do presidente Lula da Silva, a mudança da política turca para a América do Sul e Brasil, procurando a Turquia desempenhar um papel mais global e estabelecer, nesse âmbito, parcerias fiáveis em regiões críticas, contribuiu para um significativo desenvolvimento das relações bilaterais desde 2004.

Embora as relações entre os dois países tenham ganho alguma dinâmica nos últimos tempos, ainda estão longe de refletir o potencial atual. O saldo comercial foi favorável ao Brasil com um défice turco de 717 milhões de dólares, e o volume total foi de 1.500 milhões de dólares em 2009. Em 2010, as exportações turcas para o Brasil aumentaram 58% e atingiram 614 milhões de dólares. As exportações do Brasil para a Turquia também aumentaram, 22%, e atingiram 1.348 milhões de dólares. O volume de negócios total foi de quase 2 mil milhões de dólares em 2010, segundo dados do MNE turco.

A Turquia e o Brasil já expressaram a vontade de lançar uma nova era nas áreas política e económica, pelo que os dois países pretendem reforçar a sua

cooperação no campo das indústrias de defesa. A Turquia abriu na sua embaixada em Brasília, em 2010, o gabinete de adido militar. Um forte indicador da vontade de reforçarem a cooperação militar foram as conversações levadas a cabo pelas partes, durante a reunião do 1.º Diálogo Militar que teve lugar em Brasília em junho de 2011, para discussão das oportunidades de cooperação no campo das indústrias de defesa (MFA, 2014).

Relações entre Turquia e Timor-Leste

Devido à ocupação pela Indonésia, só após 2002 a Turquia estabeleceu relações diplomáticas com Timor-Leste, após o reconhecimento deste como um Estado soberano. A embaixada turca em Jacarta foi acreditada em Timor-Leste desde 2003.

A Turquia tem contribuído para o desenvolvimento e estabilidade de Timor-Leste, fornecendo observadores militares e observadores de polícia como parte da missão da ONU no país. Presentemente, mais de 20 funcionários turcos servem como parte da missão.

O volume de negócios entre os dois países tem sido muito modesto, tendo atingido os 70 mil dólares em 2009, devido a exportações turcas na sua totalidade. Em 2009, dois tratores agrícolas e 10 toneladas de fertilizante não orgânico foram doados a Timor-Leste, como parte da assistência ao desenvolvimento da TIKA (MFA, 2014).

TURQUIA E ESTRATÉGIAS PORTUGUESAS PARA ÁFRICA

No que diz respeito às ligações de Portugal com África, são especialmente importantes alguns dos objetivos estratégicos definidos no âmbito da política externa, desenvolvimento e defesa, tal como exarado no programa do XIX governo constitucional da república portuguesa, entre outros: “Redobrar a importância do relacionamento com os países de expressão portuguesa, tendo sempre presente a relevância da língua que nos une, que no quadro da CPLP se revela estratégica e economicamente

Tabela 1
Relação da Turquia com os países lusófonos
Volume de importações e exportações

	Produtos importados pela Turquia	Produtos exportados pela Turquia	Total import. (milhares de USD)	Total Export. (milhares de USD)	Volume de negócios (milhares de USD)
Angola		Bens alimentares, têxteis, vestuário, mat. construção			110 000 (2010)
Cabo Verde	Produtos artesanais e peixe	produtos da indústria automóvel, aço, cimento, produtos da indústria química e de borracha / plástico	200.000 (2010)		5 840
Guiné-Bissau		Produtos agrícolas e industriais	nada	2 500 (2010)	
Moçambique	antracite, gergelim e tabaco.	alcatrão de hulha, produtos petrolíferos bruto, óleos voláteis, maquinaria elétrica, ferro e aço.			89 000 (2010)
S. Tomé e Príncipe					479
Portugal			607 000	446 000	969 300 (2010) 1 053 000 (2011)
			644 368	441 102	1 085 470 (2012)
Brasil			1 348 000 (2010)	614 000 (2010)	1 500 000 (2009); 2 000 000 (2010)
Timor Leste			Nada	70	70

FONTE: Republic of Turkey Ministry of Foreign Affairs website <<http://www.mfa.gov.tr/default.en.mfa>>

relevante"; e "Revalorizar as comunidades de portugueses, residentes no estrangeiro, tanto as tradicionais como as mais recentes, que representam um valor estratégico da maior importância para Portugal, nas componentes financeira, económica, cultural, social e política" (Presidência do Conselho de Ministros, 2011).

Parece, salvo melhor opinião, que estas estratégias poderão ser potenciadas com a cooperação com as potências emergentes que começam a ter uma palavra dizer em África e, especialmente, nos países de língua portuguesa, não só pelas vantagens da língua e das ligações históricas a esses países, como também muito devido à existência de fortes comunidades portuguesas nesses países, assim como de cidadãos lusófonos em Portugal. Assim, a Turquia estará bem posicionada para também ajudar Portugal a alcançar os objetivos estratégicos apresentados no programa de governo. Mas não se trata apenas do programa de governo, um documento estratégico limitado no tempo. O Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), recentemente aprovado, apresenta abordagens claras de como se atingir também a médio e a longo prazo os objetivos estratégicos de Portugal. Embora enquadrado pela vertente de segurança e defesa, é na verdade um documento de abrangência mais lata, apresentando alguns aspetos de uma verdadeira "Grande Estratégia Nacional".

Conforme afirmado no CEDN, Portugal, quer bilateralmente, quer no quadro da UE ou internacional, deve ajudar a promover processos de integração económica e política regional (Governo de Portugal, 2013: 19).

As estratégias de Portugal para os países de língua portuguesa definidas no conceito decorrem da sua política de "defender a posição internacional de Portugal"⁸ e são "contribuir para a consolidação da CPLP e reforçar as parcerias com os Estados de expressão portuguesa, desenvolvendo as dimensões políticas, económicas e de segurança e defesa nesse eixo estratégico" e "intensificar as relações

com os Estados/comunidades portuguesas, com os países com uma forte presença cultural portuguesa e com os Estados de origem das comunidades de imigrantes residentes em Portugal". Por outro lado, o "reforço da segurança e da defesa nacional assenta na consolidação das relações externas de defesa, nomeadamente com a OTAN e a UE, bem como com o aprofundamento das dimensões de segurança das políticas de cooperação na comunidade lusófona", cuja concretização passa por algumas linhas de ação, nomeadamente "alargar as relações bilaterais e multilaterais de segurança e defesa com os Estados-membros da CPLP, em particular nos domínios da cooperação técnico-militar e da reforma do setor de segurança (*Idem*: 41-42). Portugal deve ainda, para responder às ameaças e riscos transnacionais que atualmente ocorrem, "cooperar com os Estados de língua portuguesa, nomeadamente no âmbito do Acordo de Defesa da CPLP, para desenvolver ações de segurança marítima e de combate a esta ameaça [de pirataria]" (*Idem*: 46)

Portugal pretende afirmar-se como coprodutor de segurança internacional. Assim, entre outras tarefas, o Estado português assume que lhe compete "estabelecer parcerias estratégicas de segurança com os países da CPLP, abertas a iniciativas conjuntas nos domínios de segurança e de defesa nacional, nomeadamente o combate à criminalidade organizada, à cibercriminalidade e à segurança das rotas navais". Ainda se propõe, "incrementar o esforço que vem sendo desenvolvido na área da cooperação técnico-militar" (*Idem*: 48).

Há assim um conjunto de oportunidades através das quais se pode relevar a importância de Portugal para as estratégias de penetração em África de algumas potências emergentes, como é o caso da Turquia, cuja valorização junto dos países africanos de língua portuguesa poderá ser reforçada pela ligação a Portugal.

NOTAS FINAIS

Como conclusões, entre outras, apresentam-se algumas propostas que poderão relevar a importância de Portugal junto das potências emergentes com interesse em África. E a Turquia é, sem dúvida, uma das potências emergentes com interesse em África com a qual Portugal pode criar sinergias com vantagens mútuas. Esta cooperação com a Turquia poderá começar com pequenos passos, como, por exemplo, oferecer colaboração e eventual disponibilização de meios para o Instituto de Estudos Africanos da Turquia.

Uma outra abordagem poderá ser - sublinhando a capacidade ímpar de Portugal, como ex-potência colonizadora, de se relacionar com as suas ex-colónias africanas -, sugerir uma cooperação bilateral no âmbito do Plano de Ação turco para África, tal como nesse mesmo plano é sugerido relativamente aos Estados Unidos e aos países do Magrebe. Ou seja, Portugal deverá ser considerado relevante como país amigo pela Turquia, para que possa ser alvo de atenção no âmbito da cooperação bilateral na implementação do Plano de Ação da Turquia para África. Os EUA, o Egito, a Argélia, a Tunísia e Marrocos constam já como países amigos no âmbito desse plano. Porque não Portugal? As novas potências emergentes, como o Brasil, a China, a Índia e a Turquia estão cada vez mais presentes em África. As vantagens são muitas e concretas: essas potências necessitam dos vastos recursos africanos e os países africanos necessitam dos capitais, das tecnologias e dos conhecimentos técnicos e científicos.

Os argumentos para África fazer substituir os seus antigos colonizadores por novos países são muitas vezes baseados na demagogia dos recém-chegados, que acusam os ex-colonizadores de uma postura de continuidade da atitude colonial para com os países africanos: França, Reino Unido, Portugal, Espanha, etc. Querirão continuar a explorar os povos africanos como sempre fizeram no período colonial. Cabe a Portugal, neste particular, saber

estar de bem tanto com os países amigos de África – especialmente os de língua portuguesa –, como com as novas presenças nesses países.

NOTAS

¹ Um agradecimento especial à Dra. Gülce Kumrulu pela leitura cuidadosa e sugestões atempadas que permitiram melhorar este texto e tornar mais fácil compreender a relação da Turquia com a lusofonia.

² De acordo com o mecanismo de acompanhamento estabelecido por estes documentos adotados na cimeira, foram programadas reuniões para o primeiro ciclo de cinco anos: a Reunião de Representantes de Alto Nível no fim de 2010, a Reunião Ministerial de Revisão em 2011, uma 2.ª Reunião de Representantes de Alto Nível em 2012 e a 2.ª Cimeira de Cooperação Turquia-África, em 2013, que se deverá realizar em 2014.

³ Uma Estratégia Africana da Turquia, entretanto adotada e baseada nas áreas de cooperação acima indicadas, visa reforçar a parceria da Turquia com a UA e os países africanos, tendo em conta as suas particularidades.

⁴ De acordo com um relatório da ORSAM de 2012, “Turkey in Africa: the implementation of the action plan and an evaluation after fifteen years”, a Turquia disponibilizou 3.254 bolsas de estudo para africanos desde 1991, embora só 864 tenham sido utilizadas. De acordo com dados do ministério da educação da Turquia, no final de 2012 estavam a estudar no seu país 589 estudantes africanos.

⁵ Para além do seu estatuto de observador na UA (2005), a Turquia foi aceite como membro não regional do Banco de Desenvolvimento Africano (2008). É também desde 2008 membro da Autoridade Intergovernamental para o Fórum dos Parceiros de Desenvolvimento (IGAD). A embaixada

da Turquia em Abuja está também acreditada na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Para além disso, a embaixada da Turquia em Dar-es-Salaam está acreditada junto da Comunidade da África Oriental (EAC), desde 2010 (MFA, 2013).

⁶ De acordo com a página do MNE turco foram abertas embaixadas nos seguintes países: Gana, Camarões, Costa do Marfim, Angola, Mali, Madagáscar, Uganda, Níger, Chade, Tanzânia, Moçambique, Guiné, Burkina Faso, Mauritânia e Zâmbia. Neste contexto, começaram a funcionar as embaixadas em Dar-es-Salaam (maio de 2009), Abidjan (novembro de 2009), Yaoundé (janeiro de 2010), Acra (fevereiro de 2010), Bamaco (fevereiro de 2010), Kampala (março de 2010), Luanda (abril de 2010) e Antananarivo (abril de 2010).

⁷ Foram assinados os seguintes documentos: Acordo-Quadro sobre cooperação militar, Declaração sobre o estabelecimento de um comité conjunto sobre economia e comércio, Memorando de Entendimento sobre intercâmbio de serviços diplomáticos, Programa de Cooperação em Educação, Ciência, Tecnologia, Ensino Superior, Cultura, Desportos, Juventude e Comunicação Social para o período 2013-2016 (Presidency of the Republic of Turkey, 2014).

⁸ No âmbito de um dos vetores e linhas de ação estratégica, “exercer soberania, neutralizar ameaças e riscos à segurança nacional” (Governo de Portugal, 2013: 40)

REFERÊNCIAS

AIM (2013). “Turquia Pede apoio de Moçambique”, Agência de Informação de Moçambique 25-04-2013 18:56:36 Maputo, 25 Abr – (AIM) HT/SG. [online] Disponível em <http://noticias.sapo.mz/>

aim/artigo/759925042013185636.html, acedido em 27 de janeiro de 2014.

ANGOP (2014). “Empresários turcos investem na área de ensino em Angola”, ANGOP - Agência Angola Press. [online] Disponível em http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/educacao/2011/0/2/Empresarios-turcos-investem-area-ensino-Angola,11c9a4ea-339c-4631-87eb-ad8744b0964b.html, acedido em 22 de janeiro de 2014.

African Union (2013). *High level meeting convenes to prepare for the Africa/Turkey Summit*. [online] Disponível em <http://www.au.int/en/content/africa-turkey-high-level-officials-meeting>, acedido em 16 de janeiro de 2014.

Governo de Portugal (2013). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional 2013*, s/ local: s/ editora.

Hazar, Numan (2012). “Turkey in Africa: the implementation of the action plan and an evaluation after fifteen years”. ORSAM Report No. 124, July 2012, Center for Middle Eastern Strategic Studies, Ankara. [online] Disponível em http://www.orsam.org.tr/en/uploads/Article/Files/201318_124ingTUM.pdf, acedido em 28 de janeiro de 2014.

Kumrulu, Gülce (2014). Correspondência de correio eletrónico em 31 de janeiro de 2014.

MFA-Ministry of Foreign Affairs (2013). [online] Página disponível em <http://www.mfa.gov.tr/the-united-nations-organization-and-turkey.en.mfa>, acedida em 7 de janeiro de 2014.

MFA-Ministry of Foreign Affairs (2014). “Foreign Minister Davutoglu attends African Union Summit”. [online] Disponível em <http://www.mfa.gov.tr/foreign-minister-davutoglu-attends-african-union-summit.en.mfa>, acedido em 2 de fevereiro de 2014.

O País (2014). "Turquia reposiciona-se e define-se como um país 'Afro-Euroasiático'", *O País*, [online], Luanda. Disponível em <http://www.opais.net/pt/opais/?det=30658>, acessado em 17 de janeiro de 2014.

Presidência do Conselho de Ministros (2011). *Programa do XIX Governo Constitucional*. [online] Disponível em http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf, acessado em 7 de janeiro de 2014.

Presidency of the Republic of Turkey (2014). "President Abdullah Gül along with First Lady Hayrünnisa Gül paid a state visit to Portugal at the invitation of President Anibal Cavaco Silva". [online] Disponível em <http://www.tccb.gov.tr/visits/portugal/>, acessado em 3 de fevereiro de 2014.

Siradag, Abdurrahim (2011). *The new Turkish foreign policy towards Africa*. [online] Disponível em <http://weblectures.leidenuniv.nl/Mediasite/Play/Javascript/Players/StandardPlayer/FullSlide.html#>, acessado em 7 de janeiro de 2014.

_____ (2013). "The Making of the New Turkish Foreign and Security Policy towards Africa: The Rationale, Roots and Dynamics". *Africa Insight*, [online] Vol. 43, No. 1, pp. 15-31. Disponível em <http://reference.sabinet.co.za/document/EJC142216>, acessado em 7 de janeiro 2014.

_____ (2014). *Turkey's Africa Policy: New Dynamics and New Perceptions*. [online] Disponível em <http://abdurrahimsiradag.blogspot.pt/2014/01/turkeys-africa-policy-new-dynamics-and.html>, acessado em 7 janeiro 2014.

Sol (2013). "Portugal ultrapassado pela Turquia na feira de Luanda", Sol, [online] 7 de fevereiro de 2013. Disponível em [http://sol.sapo.pt/pesquisa/default.aspx?search=turquia luanda&domain=pt](http://sol.sapo.pt/pesquisa/default.aspx?search=turquia%20luanda&domain=pt), acessado em 17 de janeiro de 2014.

AS DÚVIDAS SOBRE A AUTORIA DOS ATAQUES QUÍMICOS NA SÍRIA

FRANCISCO GALAMAS

Investigador do IDN

No dia 21 de agosto de 2013, o mundo testemunhou um gravoso ataque químico na zona síria de Ghouta. Durante a madrugada, foi efetuado um ataque com agentes químicos e pouco depois surgiram relatos e imagens nas redes sociais que documentavam este ataque. Um ano antes, o presidente Barack Obama já tinha alertado o regime do presidente Bashar al-Assad que o emprego de armas químicas teria “enormes” consequências¹. Já nesse momento, e no seguimento deste aviso, começaram a surgir diversas notícias alertando para prévios usos de armas químicas por parte do regime sírio, nunca devidamente comprovados². Diversos países na região, e fora desta, foram rápidos a atribuir a responsabilidade do ataque consoante a façção apoiada neste conflito. Se por um lado, alguns países ocidentais e da Península Arábica acusaram imediatamente o regime de Bashar al-Assad, a Rússia apontou imediatamente os grupos rebeldes sírios como autores do ataque. Não obstante uma intervenção armada na Síria ter sido evitada através de um acordo mediado pelo presidente Vladimir Putin, é importante refletir sobre a autoria deste ataque com armas químicas. Apesar das provas circunstanciais indiciarem um ataque oriundo de forças estatais sírias, verificamos diversas divergências nas informações divulgadas que podem pôr em causa alguns dos indicadores da sua autoria. Antes de abordar, detalhadamente, a caracteri-

zação dos agentes químicos usados no ataque é importante mencionar sucintamente os propósitos originais do programa de armas químicas da Síria. Tal programa terá tido início na década de 70 do século passado muito devido ao impacto que a derrota militar na Guerra dos Seis Dias teve nas elites sírias, anos antes. Outros motivos apontados para a implementação deste programa de armas de destruição em massa incluem a dissuasão de eventuais incursões israelitas por território sírio e uma tentativa política de contrabalançar o armamento nuclear detido por Israel. Não existem informações que indiquem que o desígnio deste arsenal químico tenha alguma vez sido a repressão da oposição interna. Tal não implica que em risco de deposição do regime o mesmo não usasse estas armas como último recurso, contra a sua própria população. Quando falamos de informações contraditórias, um dos factos que originou mais confusão está relacionado com o número anunciado de baixas no ataque em Ghouta. Segundo informações fornecidas pelo relatório do governo norte-americano sobre o ataque de 21 de agosto, terão morrido cerca de 1.429 pessoas, das quais 426 crianças³. Aqui se verifica a primeira inconsistência dado que outros relatórios apresentam resultados díspares. A organização não-governamental “Médicos Sem Fronteiras”, com sólida presença no terreno, confirma o número avançado pelo relatório norte-americano

face ao número de 3.600 pessoas afetadas por este ataque. No entanto, o mesmo não se verifica face ao número de mortos, que segundo esta ONG se contabilizaram em 355⁴. Uma outra avaliação feita pelos serviços de informações franceses indica que o número de mortos poderá ascender a 1.500 embora só consiga confirmar 281 baixas⁵. Números semelhantes foram apresentados pelos serviços de informações britânicos em cerca de 350 e pelo "Observatório Sírio dos Direitos Humanos" em cerca de 502, este último uma das fontes mais fiáveis para informações sobre o conflito sírio⁶. O próprio líder deste observatório, Rami Abdul-Rahman, confessou alguma surpresa com o número avançado pelas autoridades norte-americanas justificando-o como uma tentativa de grupos da oposição síria de ceder valores "exagerados" e persuadir decisores políticos norte-americanos a apoiar uma intervenção armada⁷. O número de baixas é um dos dados mais relevantes neste tipo de ataques por forma a ser possível averiguar as quantidades de agentes químicos utilizados.

Outra das razões apontadas como indicadoras da culpabilidade do regime de Bashar al-Assad está ligada ao local de disparo dos *rockets* utilizados no ataque de 21 de agosto e suas características, ambos divulgados no primeiro relatório difundido pelas Nações Unidas sobre o ataque em Ghouta. Segundo diversos cálculos elaborados pela *Human Rights Watch* e pelo jornal *The New York Times*, com base no referido relatório, estes calculam que os *rockets* tenham sido lançados a partir de bases militares do governo sírio, localizadas a 9 km do local de impacto⁸. Três meses depois, o mesmo *The New York Times* divulga um estudo elaborado por dois peritos norte-americanos – um antigo inspetor de armamentos das Nações Unidas e um professor de tecnologia e segurança do respeitado MIT – que conclui que os *rockets* utilizados não teriam um alcance superior a 2 km. A estimativa de ambos os peritos chega, inclusivamente, a concluir que estas munições "não poderiam" ter sido lançadas de ter-

ritório controlado pelo regime de Bashar al-Assad, como o inicialmente afirmado pelas autoridades norte-americanas⁹. O próprio líder da equipa de inspetores das Nações Unidas, em conferência de imprensa, confirma esta ideia afirmando que é aceitável estimar um alcance de 2 km para os *rockets* utilizados em Zamalka (Ghouta)¹⁰. Acresce, ainda, que os referidos vetores fotografados terão um motor retirado de um *rocket* convencional de 122mm – conhecidos como BM-21 ou *Grads* – de fabrico soviético. Estes armamentos estão vastamente disseminados por países do Médio Oriente e tanto "o exército sírio como os rebeldes" terão acesso aos mesmos nos seus respetivos arsenais¹¹. Na ausência de informações adicionais, e tendo em conta que satélites podem detetar o lançamento de vetores mas não o seu conteúdo, a questão permanece face à real origem geográfica dos *rockets* que continham os agentes químicos.

A própria referência à utilização de gás *sarin* deixa muitas questões em aberto no ataque químico em Ghouta. Os programas militares de armas químicas, especialmente quando têm uma natureza dissuasora, precisam de incluir no *sarin* – quando este faz parte do respetivo arsenal – substâncias denominadas de "estabilizadores" para prevenir a degradação e aumentar o tempo de vida do agente armazenado. O primeiro relatório das Nações Unidas relativo ao ataque de Ghouta faz referência à presença de "estabilizadores" o que certamente seria um forte indicador de uma substância de fabrico estatal¹². A controvérsia em redor deste pormenor nasce quando se consulta literatura especializada sobre agentes químicos. Os "estabilizadores" para *sarin* podem incluir uma das seguintes quatro substâncias: *tributylamine*, *diisopropylcarbodiimide*, *dicyclohexylcarbodiimide* e *dibutylchloramine*¹³. Ao analisar o último relatório dos inspetores das Nações Unidas sobre os ataques químicos na Síria, que contém os resultados laboratoriais finais (Anexo 5), não encontramos qualquer menção a estas substâncias¹⁴. A própria alusão a

"estabilizadores" já não se encontra no relatório de dezembro de 2013, o que deixa a dúvida sobre a que substâncias estabilizadoras se referia a equipa de inspetores no primeiro relatório expedido.

Outro aspeto importante, é o odor sentido por algumas testemunhas¹⁵. Mais uma vez, recorrendo a literatura especializada, é possível discernir que *sarin* é um agente que não emite qualquer cheiro, o que pode indiciar que o agente químico usado tem algum grau de impureza, logo de produção mais rudimentar. Acresce, ainda, que a presença de *by-products* (derivados da degradação) detetados nas análises das Nações Unidas poderá atestar essa mesma impureza. Uma hipótese, avançada pelo perito em armas químicas Dan Kaszeta, para justificar estes dados poderá estar relacionada com o recurso a uma munição que faça a incorporação de dois precursores químicos – vulgarmente denominado de arma química binária¹⁶. Estas munições fazem a mistura dos precursores químicos, que dão origem ao *sarin*, durante o voo, o que também explicaria a ausência de estabilizadores. Outra hipótese a considerar seria uma produção seguida de uso imediato do próprio *sarin*, outra forma a evitar a necessidade de "estabilizadores". O grupo de inspetores das Nações Unidas não fez quaisquer alusões a estes aspetos, muito provavelmente para evitar entrar na discussão da autoria do ataque. Não obstante, a falta de esclarecimento *a posteriori* de alguns destes tópicos técnicos dá oportunidade à proliferação de diversas conjeturas sobre a autoria do ataque com armas químicas.

Quando folheamos o relatório final das Nações Unidas sobre o uso de armas químicas na Síria verificamos que os inspetores presentes no terreno concluíram que, provavelmente, terão sido usadas armas químicas em outras quatro ocasiões diferentes. O primeiro desses incidentes – e um dos que levou à deslocação da equipa das Nações Unidas à Síria – ocorreu na vila de Khan al-Asal em março de 2013. Diversos países como a França, os EUA, o Reino Unido e a própria Síria, fizeram pedido

expresso ao Secretário-Geral das Nações Unidas que investigasse de forma imparcial alegações de uso de agentes químicos nesta localidade perto de Aleppo¹⁷. Todos estes os países, aos quais se juntou a Rússia, concordaram que armas químicas foram utilizadas embora a previsível discórdia resida na autoria do ataque¹⁸. No entanto, apesar dos relatórios enviados pelos referidos países indicarem provas de uso de armas químicas, a equipa de inspetores das Nações Unidas não teve acesso direto a provas concretas que comprovassem, de forma irrefutável, as referidas alegações. Um dado importante avançado por este relatório está relacionado com o facto da vila de Khan al-Asal estar sob o controlo governamental no momento do ataque¹⁹. Em entrevista, o líder da equipa de inspetores referiu, recentemente, que relativamente a este episódio específico o governo sírio “talvez” tenha razão²⁰.

Agentes químicos terão também sido alegadamente utilizados, em abril de 2013, na povoação de Saraqeb. As análises feitas, em dois laboratórios, a amostras retiradas de uma vítima mortal deste ataque confirmaram a presença de *sarin* no organismo. Refira-se a impossibilidade em aceder ao local do ataque e retirar amostras adicionais. Sobre este episódio particular, o relatório dos inspetores das Nações Unidas considera, tendo em conta a descrição apresentada, o ataque como “atípico” face ao uso habitual de armas químicas²¹. Os outros dois eventos que terão sido marcados pelo uso de *sarin* ocorreram em Jobar e Ashrafiah Sahnaya, perto de Damasco, a 24 e 25 de agosto de 2013, respetivamente²². Em ambos episódios, os soldados do governo sírio terão sido alegadamente atacados com *sarin*. Análises feitas um mês depois pelas Nações Unidas a estes mesmos soldados confirmam essa mesma informação. No entanto, não foi possível à equipa das Nações Unidas retirar amostras ambientais em ambos os locais, tornando-se difícil associar os soldados contaminados às referidas localizações²³. Mais uma vez, estes

dados contribuem para a polémica em redor da autoria dos ataques com armas químicas na Síria. Por um lado, é fácil especular que estes dois últimos ataques contra soldados governamentais sírios possam ter sido uma tentativa do regime em criar alguma confusão sobre a autoria dos anteriores ataques químicos de Ghouta, num momento em que a intervenção armada internacional contra o regime de Bashar al-Assad já era vista como uma forte probabilidade. Por outro lado, os acontecimentos de março de 2013, em Khan al-Asal, tornam esse raciocínio mais difícil de pôr em prática. Apesar das Nações Unidas não terem provas concretas de tal, o facto é que diversos países confirmaram a existência de um ataque com recurso a armas químicas. Sabendo que a vila se encontrava sob controlo governamental, podemos, então, questionar a lógica do regime em levar a cabo um ataque contra uma vila que está sob o seu controlo e contra os seus próprios militares. Relembre-se que nesse momento, apesar do presidente Barack Obama já ter feito alusão à famosa “linha vermelha”, um cenário de intervenção ainda não era considerado como uma probabilidade real, como verificado meses mais tarde após o ataque de Ghouta. O argumento do controlo territorial usado para atribuir responsabilidades governamentais neste ataque de agosto – presente nas análises elaboradas pela *Human Rights Watch* – serviria igualmente como argumento para outros episódios semelhantes. Igual lógica poder-se-ia aplicar, por exemplo, à autoria dos ataques de março de 2013, só que enquadrada numa perspetiva de uma ação desencadeada por rebeldes.

Um dos acontecimentos mais marcantes, e com hipotética ligação aos ataques químicos, verificou-se em maio de 2013. Na província de Hatay, sul da Turquia, uma operação policial deteve diversos suspeitos após informações recebidas indiciarem que estes estariam a adquirir químicos passíveis de serem utilizados no fabrico de armas químicas. Entre os suspeitos detidos pelas

autoridades turcas, encontrava-se Hytham Qassap que, segundo documentos do ministério público turco, teria como função criar uma rede na Turquia que fornecesse químicos para grupos rebeldes sírios como as “Brigadas Ahrar al-Sham” e a “Frente al-Nusra”, esta última considerada como grupo terrorista pelos EUA. Segundo estes mesmos documentos, Hytham Qassap terá confessado às autoridades turcas pertencer às “Brigadas Ahrar al-Sham”²⁴. Infelizmente, este não terá sido o único evento do género. Em novembro de 2013, as autoridades turcas intercetaram três veículos que resistiram à ordem de paragem ao dirigirem-se para a fronteira com a Síria. Nos veículos foram encontrados oito barris selados – cujo conteúdo não foi revelado embora tenham posteriormente sido enviados para unidades militares especializadas na gestão de materiais nucleares, biológicos, químicos e radiológicos – e uma tonelada de enxofre²⁵. Embora estes eventos não sejam indicadores claros da autoria dos ataques químicos na Síria, demonstram que a presença, numa economia globalizada, de químicos passíveis de serem utilizados na produção de armas químicas é extremamente difícil de controlar e acessível a atores não-estatais. A este facto poderemos acrescentar as declarações do líder da equipa de inspetores das Nações Unidas que, citado pelo *The Wall Street Journal*, refere que ambas as forças no conflito teriam “oportunidade” e “capacidade” para executar estes ataques²⁶. Semanas mais tarde, este mesmo inspetor, em entrevista previamente citada, questiona a teoria governamental sobre a autoria da oposição pelos ataques químicos – com a exceção do ataque de Khan al-Asal –, acrescentando alguma confusão ao debate sobre a autoria²⁷.

Quando se abordam questões complexas, como as referentes aos ataques químicos na Síria, a questão da responsabilidade terá que ser obrigatoriamente analisada face às capacidades e motivações por parte dos atores presentes no conflito sírio. No que toca a capacidades, as tropas governamentais

“revelam um elevado conhecimento de tecnologia de armas químicas”, como referido num relatório desclassificado dos serviços de informações franceses²⁸. Acresce, ainda, que o programa de armas químicas sírio tem sido, durante anos, debatido na literatura especializada assim como em fora académicos dedicados a questões securitárias. Deste modo, é normal que surjam interrogações relacionadas com a impureza do *sarin* encontrado em Ghouta dado o conhecimento especializado existente nas forças armadas sírias sobre agentes químicos. Face às capacidades de atores não-estatais em produzir agentes químicos não existem informações concretas disponíveis que atestem quer a sua aquisição quer o seu manuseamento. No entanto, é importante ressaltar que alguns destes químicos têm aplicação civil e, logo, estão disponíveis no mercado comercial. Já relativamente a motivação para usar armas químicas, a situação é diferente. O regime de Bashar al-Assad não teria qualquer interesse em usar armamento químico, especialmente na escala em que foi utilizado em Ghouta. O presidente Barack Obama já tinha deixado, um ano antes, bastante claro que qualquer utilização de armas químicas seria considerada inadmissível. Tendo o regime sírio a vantagem convencional no conflito, provocar a entrada de potências estrangeiras – mesmo sem forças terrestres – traria significativas consequências estratégicas e táticas para as forças governamentais. A este particular, acresce o adicional isolamento político-diplomático em que o regime seria deixado na consequência de um flagrante ataque químico. Por último, é de estranhar que seja executado um ataque, de significativas dimensões, com agentes químicos, três dias depois da chegada dos inspetores das Nações Unidas à Síria após convite do próprio governo. Pior, o ataque terá sido levado a cabo a pouco mais de seis quilómetros do local de onde se encontravam os inspetores das Nações Unidas. Dúvidas semelhantes são expressas pelo experiente e prestigiado repórter britânico, Robert

Fisk, considerado como grande especialista em questões do Médio Oriente²⁹. Muitas vezes cai-se no erro, ao analisar matérias relacionadas com a autoria destes ataques, que questionar a autoria governamental equivale a um apoio às ações do regime sírio. Os abusos do regime sírio e seus responsáveis foram e são amplamente divulgados por diversas organizações antes e durante o atual conflito, e caso os incidentes químicos sejam de responsabilidade governamental não fazem mais do que agravar um já fraco historial do regime sírio no que concerne aos Direitos Humanos³⁰. No entanto, não podemos deixar que o debate sobre a identidade dos responsáveis por detrás deste ataque seja afetado por estes tópicos. Apesar da existência de fortes provas circunstanciais contra o regime sírio, existe também um número significativo de questões que carecem de resposta e que, simultaneamente, levam a que exista uma dúvida razoável face à autoria do mencionado ataque. A importância em identificar os autores vai além de uma questão de jurisprudência internacional. É uma questão que pode chegar a ter impacto nas políticas externas e securitárias dos países a diversos níveis. Primeiramente, é importante averiguar detalhadamente e objetivamente o que se terá passado nos diversos episódios onde subsistam fortes suspeitas de uso de armas químicas. Tal é importante dado o nível de desconfiança que surgiu na opinião pública internacional face aos serviços de informações, após a invasão do Iraque em 2003 sob o pretexto de dismantelar programas de armas de destruição em massa. Sendo uma importante parte do sistema integrado de segurança e defesa de qualquer país, é relevante que as populações vejam estes serviços como agências dotadas de objetividade e imparcialidade e cujas avaliações sejam isentas de propósitos políticos ou estratégicos. Por outro lado, se os países ocidentais pretendem ser importantes mediadores nas matérias mais prementes do Médio Oriente, terão que ser vistos de forma imparcial perante todas as populações desta

região do globo. Caso tal não aconteça, qualquer tentativa de apaziguar eventuais focos de instabilidade no Médio Oriente estará à partida dotada de significativos obstáculos. Daí a importância de serem esclarecidas todas as interrogações vinculadas a este episódio, para que os diversos atores da região aceitem que foi feita uma avaliação objetiva ao inaceitável uso de armas químicas na Síria. Finalmente, e talvez a questão mais importante de todas, está relacionada com o terrorismo. A descoberta dos reais autores dos ataques com agentes químicos, não pode ser transformada numa arma política que recusa olhar racionalmente para os fatores apresentados. A incapacidade para o fazer poderá impedir-nos de olhar para uma realidade profundamente perturbadora: a possibilidade dos ataques terem sido perpetrados por atores não-estatais. Conhecendo a moldura ideológica de alguns grupos extremistas, atualmente presentes na Síria e sendo alguns destes afiliados da *Al-Qaeda*, é importante que os países acompanhem de perto a possibilidade de estes poderem adquirir, mesmo que de forma rudimentar, capacidades de fabricar armas químicas. Infelizmente, existem exemplos cronologicamente e geograficamente mais próximos do que aqueles verificados no metro de Tóquio em 1995. A 6 de abril de 2007, um camião carregado com explosivos foi detonado, pelo condutor, disseminando o gás de cloro presente na viatura. Lembre-se que o gás cloro é uma arma química que foi utilizada na 1ª Guerra Mundial e que em elevadas concentrações é fatal. Apesar de ser um método rudimentar e pouco eficaz de disseminação de gases nocivos, este ataque matou cerca de 30 pessoas e feriu outras 50 com queimaduras nos pulmões, olhos e pele³¹. Outros ataques similares foram praticados no Iraque durante o ano de 2007. Outro exemplo mais recente, decorreu em junho de 2013, quando as autoridades iraquianas anunciaram a captura de indivíduos alegadamente ligados a uma célula da *Al-Qaeda* e que estariam a produzir armas químicas para usar no Iraque

e outros países³². Esta região do globo é, ainda, conhecida por incluir países que tiveram programas de armas químicas e que lhes foi dado uso militar, sendo por isso lógico assumir que existe conhecimento técnico específico disponível. Acresce ainda a vontade e os meios empenhados pela *Al-Qaeda* em produzir e usar armas químicas assim como outros tipos de armas de destruição em massa³³. Nestes acontecimentos existe uma única certeza: no dia 21 de agosto, armas químicas foram utilizadas contra populações civis na Síria. Diversas análises no terreno e informações complementares confirmam essas alegações. Qualquer outro tipo de ilação sobre a autoria terá sempre um caráter especulativo dada a ausência de certos elementos ou existência de outros que criam dúvida razoável sobre a real origem do ataque. As Nações Unidas, tendo consciência do impacto que qualquer intervenção estrangeira teria em toda a região, evitaram atribuir responsabilidade a qualquer uma das partes envolvidas. Não obstante, os diversos países com interesses na região, deverão utilizar todos os seus meios para apurar se houve uso não-estatal de agentes químicos na Síria durante o corrente conflito. Tal deverá ser averiguado mesmo que alguns indícios apontem para a responsabilidade do governo sírio, pois qualquer dúvida não esclarecida neste episódio poderá ter graves consequências futuras não só para matérias securitárias como também para a percepção de parceiros na região face a países ocidentais.

NOTAS

¹ CNN (2012). "Obama warns Syria not to cross 'red line'". *CNN* [online], 21 de agosto de 2012. Disponível em <http://edition.cnn.com/2012/08/20/world/meast/syria-unrest/index.html>, acessado em 10 de janeiro de 2014.

² Rogin, Josh (2013). "Secret State Department Cable: Chemical weapons used in Syria", *Foreign Policy*, 15 de janeiro. [online] Disponível em [\[thecable.foreignpolicy.com/posts/2013/01/15/secret_state_department_cable_chemical_weapons_used_in_syria\]\(http://thecable.foreignpolicy.com/posts/2013/01/15/secret_state_department_cable_chemical_weapons_used_in_syria\), acessado em 5 de janeiro de 2014.](http://</p>
</div>
<div data-bbox=)

³ The White House (2013). *Government Assessment of the Syrian Government's Use of Chemical Weapons on August 21, 2013*. Office of the Press Secretary [online], 30 de agosto de 2013. Disponível em <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2013/08/30/government-assessment-syrian-government-s-use-chemical-weapons-august21>, acessado em 20 de janeiro de 2014.

⁴ Doctors Without Borders (2013). "Syria: Thousands Suffering Neurotoxic Symptoms Treated in Hospitals Supported by MSF". *Doctors Without Borders* [online], 24 de agosto de 2013. Disponível em <http://www.doctorswithoutborders.org/press-release.cfm?id=7029&cat=press-release>, acessado em 22 de janeiro de 2014.

⁵ République Française (2013). *Synthèse nationale de renseignement déclassifié. Programme chimique syrien. Cas d'emploi passés d'agents chimiques par le régime: Attaque chimique conduite par le régime le 21 août 2013*. République Française, 2 de setembro de 2013, p. 7. [online] Disponível em <http://www.elysee.fr/assets/pdf/SyrieSynthese-nationale-de-renseignement-declassifie02-09-2013.pdf>, acessado a 10 de janeiro de 2014.

⁶ Joint Intelligence Organisation (2013). *Syria: Reported Chemical Weapons Use*. *Joint Intelligence Organisation*, Reino Unido, 29 de agosto de 2013, p. 3. [online] Disponível em https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/235094/Jp_115_JD_PM_Syria_Reported_Chemical_Weapon_Use_with_annex.pdf, acessado a 22 de janeiro de 2014. Consultar igualmente, BBC News (2013). "Syria chemical attack: What we know", BBC News [online], 24 de setembro de 2013. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east23927399>, acessado

a 25 de janeiro de 2014.

⁷ Dilanian, Ken e Bengali, Shashank (2013). "U.S. toll for Syria higher than others", *LA Times* [online], 4 de setembro de 2013. Disponível em <http://articles.latimes.com/2013/sep/04/world/la-fg-syria-casualties20130904>, acessado a 5 de janeiro de 2014.

⁸ Gladstone, Rick e Chivers, C. J., (2013). "Forensic Details in U.N. Report Point to Assad's Use of Gas", *The New York Times* [online], 16 de setembro de 2013. Disponível em http://www.nytimes.com/2013/09/17/world/europe/syria-united-nations.html?_r=0&adxnnl=1&adxnlx=1387381766-55AjTxhuELAEFSCuukA70g. Consultar igualmente Human Rights Watch (2013). *Attacks on Ghouta: Analysis of Alleged Use of Chemical Weapons in Syria*, Human Rights Watch, September 2013. [online] Disponível em http://www.hrw.org/sites/default/files/reports/syria_cw0913_web_1.pdf, acessado em 5 de janeiro de 2014.

⁹ Loyd, Richard e Postol, Theodore A. (2014). *Possible Implications of Faulty US Technical Intelligence in the Damascus Nerve Agent Attack of August 21, 2013*. MIT- Science, Technology, and Global Security Working Group, January 14, 2014, Washington DC. [online] Disponível em <https://s3.amazonaws.com/s3.documentcloud.org/documents/1006045/possible-implications-of-bad-intelligence.pdf>, acessado em 20 de janeiro de 2014.

¹⁰ United Nations (2013). *UN Mission to Investigate Allegations of the Use of Chemical Weapons in the Syrian Arab Republic*. UN Web TV [online], Press Conference 16:00, 13 de dezembro de 2013. Disponível em <http://webtv.un.org/watch/un-mission-to-investigate-allegations-of-the-use-of-chemical-weapons-in-the-syrian-arab-republic-press-conference/2932994876001/>, acessado a 25 de janeiro de 2014.

¹¹ Chivers, C. J. (2013). "New Study Refines View

of Sarin Attack in Syria”, *The New York Times* [online], 28 de dezembro de 2013. Disponível em http://www.nytimes.com/2013/12/29/world/middleeast/new-study-refines-view-of-sarin-attack-in-syria.html?ref=world&_r=1&, acessado 5 de janeiro de 2014.

¹² United Nations (2013). *United Nations Mission to Investigate Allegations of the Use of Chemical Weapons in the Syrian Arab Republic. Report on the Alleged Use of Chemical Weapons in the Ghouta Area of Damascus on 21 August 2013*, United Nations Mission, p. 41. [online] Disponível em http://www.un.org/disarmament/content/slideshow/Secretary_General_Report_of_CW_Investigation.pdf, acessado a 20 de novembro de 2013.

¹³ Elison, D. Hank (2007). *Handbook of Chemical and Biological Warfare Agents*. CRC Press, 2nd Edition, p.7-8. Consultar igualmente Kroening, Karolin K., Easter, Renee N., Richardson, Douglas D., Willison, Stuart A. e Caruso, Joseph A. (2011). *Analysis of Chemical Warfare Degradation Products*. Wiley, USA, p.26-29

¹⁴ United Nations (2013). *United Nations Mission to Investigate Allegations of the Use of Chemical Weapons in the Syrian Arab Republic. Final Report*. United Nations Mission, 12 de dezembro de 2013, p. 43-50. [online] Disponível em <https://unoda-web.s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/2013/12/report.pdf>, acessado em 5 de janeiro de 2014.

¹⁵ Mahmood, Mona e Chulov, Martin (2013). “Syrian eyewitness accounts of alleged chemical weapons attack in Damascus”, *The Guardian* [online], 22 de agosto de 2013. Disponível em <http://www.theguardian.com/world/2013/aug/22/syria-chemical-weapons-eyewitness>, acessado em 11 de janeiro de 2014. Ou, consultar em alternativa, Spencer, Richard (2013). “My breath seized up... I lost control of my body”, *The Telegraph* [online], 22 de agosto de 2013. Disponível em <http://www.telegraph.co.uk/>

[news/worldnews/middleeast/syria/10260913/My-breath-seized-up...-I-lost-control-of-my-body.html](http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/middleeast/syria/10260913/My-breath-seized-up...-I-lost-control-of-my-body.html), acessado em 20 de janeiro de 2014.

¹⁶ Kaszeta, Dan (2013). *Initial Observations on the “Final Report of the United Nations Mission to Investigate Allegations of the Use of Chemical Weapons in the Syrian Arab Republic”*, 13 de dezembro de 2013. [online] Disponível em <http://strongpointsecurity.co.uk/site/wp-content/uploads/2013/12/Initial-Observations-on12-Dec-UN-report.pdf>, acessado a 8 de janeiro de 2014.

¹⁷ United Nations (2013). *United Nations Mission to Investigate Allegations of the Use of Chemical Weapons in the Syrian Arab Republic. Final Report*. United Nations Mission, 12 de dezembro de 2013, p. 2-3. [online] Disponível em <https://unoda-web.s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/2013/12/report.pdf>, acessado em 5 de janeiro de 2014.

¹⁸ *Idem, Ibidem*, p. 19.

¹⁹ *Idem, Ibidem*, p. 30.

²⁰ Entrevista de Ake Sellstrom cedida à revista *CBNRe World*, intitulada “Ake Sellstrom, Chief UN weapons inspetor in Syria, tells Gwyn Winfield about the challenges of doing a CWA inspection in the twenty-first century”, fevereiro de 2014, p. 10. [online] Disponível em http://www.cbrneworld.com/_uploads/download_magazines/Sellstrom_Feb_2014_v2.pdf, acessado a 2 de fevereiro de 2014.

²¹ United Nations (2013). *United Nations Mission to Investigate Allegations of the Use of Chemical Weapons in the Syrian Arab Republic. Final Report*. United Nations Mission, 12 de dezembro de 2013, p. 38 e 40-41. [online] Disponível em <https://unoda-web.s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/2013/12/report.pdf>, acessado em 5 de janeiro de 2014.

²² *Idem, Ibidem*, p. 61-71.

²³ *Idem, Ibidem*, p. 61 e 78.

²⁴ Hurryet Daily News (2013). “Syrian rebel groups sought to buy materials for chemical weapons, prosecutors say”, *Hurryet Daily News* [online], 12 de setembro de 2013. Disponível em <http://www.hurryetdailynews.com/syrian-rebel-groups-sought-to-buy-materials-for-chemical-weapons-prosecutors-say.aspx?pageID=238&nID=54365&NewsCatID=341>, acessado em 13 de janeiro de 2014.

²⁵ Hurryet Daily News (2013). “Chemicals seized at Turkey’s Syria border raise questions”, *Hurryet Daily News* [online], 4 de novembro de 2013. Disponível em <http://www.hurryetdailynews.com/chemicals-seized-at-turkeys-syria-border-raise-questions.aspx?pageID=238&nID=57355&NewsCatID=341>, acessado em 17 de janeiro de 2014. Consultar igualmente Tastekin, Fehim “Turkey mostly mum on chemicals seized on Syria border”, *Al-Monitor* [online], 5 de novembro de 2013. Disponível em <http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2013/11/turkey-quiet-syrian-chemical-seized.html#>, acessado em 1 de janeiro de 2014.

²⁶ Lauria, Joe (2013). “Russia Blames Rebels for Syria Gas Attack”, *The Wall Street Journal* [online], 16 de dezembro de 2013. Disponível em <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:mEqelzQ9ri8J:online.wsj.com/news/articles/SB10001424052702304858104579262882620510434+&cd=1&hl=en&ct=clnk&gl=pt>, acessado 5 de janeiro de 2014.

²⁷ Entrevista de Ake Sellstrom cedida à revista *CBNRe World*, intitulada “Ake Sellstrom, Chief UN weapons inspetor in Syria, tells Gwyn Winfield about the challenges of doing a CWA inspection in the twenty-first century”, fevereiro de 2014, p. 10. [online] Disponível em http://www.cbrneworld.com/_uploads/download_magazines/Sellstrom_Feb_2014_v2.pdf, acessado a 2 de fevereiro de 2014.

²⁸ République Française (2013). *Synthèse*

nationale de renseignement déclassifié. Programme chimique syrien. Cas d'emploi passés d'agents chimiques par le régime: Attaque chimique conduite par le régime le 21 août 2013. République Française, 2 de setembro de 2013, p. 7. [online] Disponível em <http://www.elysee.fr/assets/pdf/SyrieSynthese-nationale-de-renseignement-declassifie02-09-2013.pdf>, acessado a 10 de janeiro de 2014.

²⁹ Fisk, Robert (2013). "Gas missiles 'were not sold to Syria'", *The Independent* [online], 22 de setembro de 2013. Disponível em <http://www.independent.co.uk/voices/comment/gas-missiles-were-not-sold-to-syria8831792.html> (acessado em 25 de novembro de 2013)

³⁰ Black, Ian (2010). "Syrian human rights record unchanged under Assad, report says", *The Guardian* [online], 16 de julho de 2010. Disponível em <http://www.theguardian.com/world/2010/jul/16/syrian-human-rights-unchanged-assad>, acessado a 19 de janeiro de 2014. Consultar igualmente, Human Rights Watch, "Syria – World Report 2013"[online], disponível em <http://www.hrw.org/world-report/2013/country-chapters/syria>, acessado em 10 de janeiro de 2014.

³¹ Rubin, Alissa J. (2007). "Chlorine Gas Attack by Truck Bomber Kills Up to 30 in Iraq", *The New York Times* [online], 7 de abril de 2007. Disponível em http://www.nytimes.com/2007/04/07/world/middleeast/07iraq.html?_r=0, acessado em 13 de janeiro de 2014.

³² Blair, David (2013). "Iraq arrests five in 'al-Qaeda chemical weapons plot'", *The Telegraph* [online], 2 de junho de 2013. Disponível em <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/al-qaeda/10094187/Iraq-arrests-five-in-al-Qaeda-chemical-weapons-plot.html>, acessado em 25 de janeiro de 2014.

³³ Gellman, Barton (2003). "Al Qaeda Near Biological, Chemical Arms Production", *The Washington*

Post [online], 23 de março de 2003. Disponível em <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/06/09/AR2006060900918.html>, acessado em 10 de janeiro de 2014.